



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA



JUSTIFICATIVA

OBJETO: Aquisição de 12.000 (doze mil) Cestas Básicas, para atender as demandas de insuficiência alimentar de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

O atual cenário de emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), agravou a desigualdade social e vem numa crescente durante a pandemia, provocando sérios efeitos sociais referentes às atividades laborais e renda da população.

O reflexo no atual contexto, e a falta de ganho no salário mínimo, aumentou ainda mais a informalidade e a subutilização no mercado de trabalho ampliando a disparidade social, aumento da pobreza e de pessoas em situação de insuficiência alimentar.

Considerada como área essencial para o enfrentamento à pandemia e definida por meio do **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**, a Assistência Social deve responder às necessidades imediatas de sobrevivência da população, e minimizar os impactos diante do número alarmante de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, além de aumentar a capacidade de atendimento no Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

Diante do exposto, a Secretaria Municipal de Assistência Social **solicita a dispensa no processo de licitação**, para a compra de itens que irão compor cestas básicas, com objetivo de atender as necessidades básicas de famílias vulneráveis beneficiárias do Programa Bolsa Família, Programa Municipal de Transferência de Renda Cartão Baruquita, Benefício de Prestação Continuada e famílias/indivíduos com demandas reprimidas, residentes no território de abrangência das unidades da rede socioassistencial vinculadas a esta secretaria.

Ressaltamos que as equipes das unidades de Proteção Social Básica (CRAS) e Unidade de Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS), ficarão responsável pela identificação das famílias em situação de



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA



vulnerabilidade e insuficiência alimentar, utilizando instrumental para LEVANTAMENTO DE FAMÍLIAS, contendo identificação, composição familiar, situação socioeconômica, situação habitacional e observações, além de informações coletas no CAD ÚNICO. O atendimento prioritário as famílias inseridas em programas sociais e com demanda reprimida que tiveram suas condições socioeconômicas agravadas pela pandemia, se dará por meio da confirmação do número de inscrição social-NIS e avaliação das equipes dos CRAS e CREAS.

Itaituba, 15 de abril 2021

Solange Moreira Aguiar
Sec. Mun. de Assistência Social
Dec. nº 007/2017



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS



RESOLUÇÃO N°002/2021 – CMAS

Delibera pela aprovação do Planejamento e Compra de Cestas Básicas para Distribuição de Alimentos a População Vulnerável, pela Prefeitura de Itaituba.

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020 do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO as famílias que são assistidas pelos programas sociais e que se encontram em situações de pobreza e extrema pobreza; assim como as famílias que não tem cadastro único;

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR o planejamento e compra de cestas básicas para distribuição de alimentos a população vulnerável do município de Itaituba, pela Prefeitura Municipal com recurso da Lei Complementar nº 173/2020 com dotação orçamentaria 2130; com acompanhamento de todo projeto pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da deliberação deste conselho, revogando-se as disposições em contrário.

Itaituba, 15 de abril de 2021

Alisson Cley da Cunha Teixeira
Presidente do CMAS - ITB/PA
Decreto Nº 013/2020

ALISSON CLEY DA CUNHA TEIXEIRA
PRESIDENTE DO CMAS – ITB/PA

O valor será usado para a compra de ~~1.000~~ cestas básicas para distribuir para população em pobreza e extrema pobreza. A mesma entregou ao conselho todos os extratos e o planejamento. Informou que equipes dos CRAS irão fazer cadastros destas famílias que estão com insuficiência alimentar. O presidente Alison Cluy, solicitou que fosse incluído as pessoas que trabalham com entretenimento, isto, a noite, pois para grande maioria era unica fonte de renda. Foi informado aos colegiados que todos aqueles que tiverem sendo assistidos pelos programas sociais e os que não estão irão receber a cesta, se compreender a insuficiência alimentar. A conselheira Josiane Amorim questionou o valor das cestas e os itens que constava na mesma, e que seria bom acrescentar nas orientações técnicas a delação da Lei de Benefícios existuais. A senhora Brizemas entrou em ligação por chama da de video com o Dr. Claudine, contador da prefeitura e o mesmo explicou o porque não foi incluído. A secretaria Idange informou que no planejamento o dia de entrega está em junho mas que ser possivelmente adiantado para começo de maio, pois já estão concluídos todos os trâmites. A conselheira Josiane sugeriu que as entregas ocorresse por bairros, utilizando as escolas para evitar aglomeração em apenas um local. Ao final o presidente colocou o planejamento para aprovação e o colegiado em unanimidade aprovou o planejamento, tendo a resolução nº 002 aprovando e o acompanhamento do projeto pelo CMAS. Sem mais nada a declarar, eu Thaís Oliveira Araújo, fiz o presente registro.

ATA 005/2021



Bispo de presenças da reunião extraordinária
do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Ministério da Saúde representado
por Maria da Conceição Faria.

Andréia Freire da Silva
Jácome Ferreira

Patrícia Reina da Silva

(SEMPAS)

Delegado

Waleys Marcelo Faria (Semsa)

Thay Oliveira Araújo

Aguiar

Citação da reunião extraordinária do Conselho Muni-
cipal de Assistência Social - CMAS, ocorrida no dia
15 de abril de 2021, no barracão do CRAS I - Bela
Vista, às 16h00 da Secretaria Municipal de Assisten-
cia Social - SEMAS. A reunião se deu unicamente com:

- diretora administrativa da SEMAS, senhora Luzimar
Santos apresentando ao colégio de documentação
para apreciação do conselho. A documentação refere-
rente ao planejamento da aquisição de 12 mil cestas
básicas. A senhora Luzimar informou que durante a
pandemia muitas famílias entraram em situação de
vulnerabilidade, e algumas perderam sua única fonte
de renda, por isso o governo federal liberou um re-
curso através da Lei complementar nº 173 para covid.

Informou que as secretarias contempladas foram a
de saúde e assistência social, onde 40% do recurso
foi para a assistência e 60% para a saúde. A
saúde não soube como utilizar o recurso e o conselher
da prefeitura estudou a possibilidade de ser remane-